

PROJETO PARA RESTAURAÇÃO, MICROFILMAGEM, DIGITALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA COLEÇÃO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJECT OF RESTORATION, CONSERVATION, MICROFILMING, SCANNING AND PUBLICIZING THE COLLETCTION OF THE REVIEW OF THE LAW SCHOOL OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS

FABIANA DE MENEZES SOARES*
ROSALI RAMOS DINIZ**
MARCO AMARAL MENDONÇA***

RESUMO

O presente Projeto foi elaborado pela equipe editorial da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no intuito de preservar e dar publicidade a todo o conhecimento científico divulgado pela Revista da Faculdade de Direito desde o ano de sua fundação, 1894, até os dias atuais. Nesse sentido, diante do avançado estado de deterioração de muitos dos números mais antigos publicados pela Revista, constatou-se a necessidade de restauração e conservação previamente à microfilmagem, necessária para conferir valor legal aos artigos divulgados, e digitalização. O projeto foi aprovado e financiado pela Fundação Professor Valle Ferreira e está sendo executado pelo Arquivo Público Mineiro.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. A REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG. 3.

* Professora Associada da Faculdade de Direito da UFMG. Mestre e Doutora em Direito pela UFMG. Diretora-Editora da Revista da Faculdade de Direito da UFMG; E-mail: fabiana.demenezes@terra.com.br.

** Bacharela em Direito pela UFMG. Assessora Editorial da Revista da Faculdade de Direito da UFMG; E-mail: rosali.diniz@terra.com.br.

*** Graduando em Direito pela UFMG. Assistente Editorial da Revista da Faculdade de Direito da UFMG; E-mail: amaralmendonca@gmail.com.

A NECESSIDADE DE DIGITALIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: CONHECIMENTO AO ALCANCE DE TODOS 4. A SITUAÇÃO DA COLEÇÃO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG 5. A FUNDAÇÃO PROFESSOR VALLE FERREIRA E A REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG 6. O PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO, MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO 7. A MANUTENÇÃO DO ACERVO CONSERVADO 8. A DISPONIBILIZAÇÃO DOS NÚMEROS DIGITALIZADOS NO SITE DA REVISTA

1 INTRODUÇÃO

A missão da Revista da Faculdade de Direito da UFMG é constituir-se em grande veículo externo capaz de levar aos seus destinatários, nas mais diversas partes do mundo, o pensamento e os debates sobre os problemas atuais da cultura jurídica e filosófica. Contribuir para o engrandecimento da cultura jurídica nacional e internacional, para a democratização do conhecimento, de acesso público, gratuito e imediato, incentivar a pesquisa, o ensino e a extensão, essenciais à função social que deve cumprir a universidade pública, são os objetivos buscados pela Revista da Faculdade de Direito da UFMG.

Desde que foi fundada, em 1894, com a finalidade de agilizar o processo de comunicação entre pesquisadores, a Revista da Faculdade de Direito da UFMG tem se mantido como veículo de disseminação da ciência, envolvendo os diferentes atores do cenário jurídico e filosófico internacional.

Nesse sentido, para que possa efetivamente tornar seu conteúdo acessível a todo e qualquer pesquisador de forma pública, gratuita e imediata, faz-se imperiosa a tarefa de

disponibilizar todo o acervo da Revista em uma página eletrônica específica, acessível por meio da Rede Mundial de Computadores. Dessa forma, foi criado, no dia 06 de julho de 2012, o site próprio da Revista, onde se encontram disponíveis para consulta online e download os Números da Revista, a partir do Número 47, referente ao ano de 2005, até o Número 60, referente ao primeiro semestre de 2012. Os Números anteriores ao 47 não puderam ser disponibilizados na referida página uma vez que não se encontram em formato compatível, de sorte que precisam ser digitalizados a partir das versões impressas.

O conhecimento científico de nada serve se não é publicizado, reproduzido e amplamente divulgado. Ao reconhecer e relançar as bases da universidade pública, a Constituição da República o fez sob a égide do entrelaçamento entre pesquisa, ensino e extensão na medida da sua função social. E a função social de uma universidade pública é exatamente a de servir à sociedade e, sobretudo, à comunidade na qual está inserida, transformando-a, acompanhando-a, aprimorando-a. Nesse sentido, a Revista da Faculdade de Direito, mesmo tendo se consolidado como o principal veículo de divulgação da produção científica da Faculdade de Direito da UFMG, apesar de ser enviada a bibliotecas e faculdades de direito de todo o Brasil e do mundo, permanece inacessível ao grande público. Como instrumento de função social da universidade, a Revista da Faculdade de Direito não é, controversamente, integralmente divulgada por meio da *internet*.

Por outro lado, a recente entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação como passo fundamental para se efetivar o princípio da publicidade na Administração Pública, determina que os órgãos e entidades do poder público devem garantir e assegurar a gestão transparente da informação, propiciando o amplo acesso a ela e sua divulgação. A Lei de Acesso à Informação é expressa ao estabelecer que o seu objeto compreende toda a informação contida em registros ou documentos, produzidos

ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos¹.

Considerando que a Revista da Faculdade de Direito foi fundada em 1894, os Números mais antigos, do final do século XIX e começo do século XX, não se encontram em bom estado de conservação. Alguns Números chegam a se desintegrar uma vez que são manuseados. Trata-se de Números que se constituem em importante fonte de pesquisa e registro histórico não apenas da Faculdade de Direito e da Universidade de Minas Gerais, mas sobretudo da vida jurídica mineira e nacional na transição do século XIX para o XX, período de instalação e consolidação da forma republicana de governo no Brasil.

Destarte, a Revista da Faculdade de Direito deve ser completamente digitalizada a fim de que tenha condições de estar acessível a todo e qualquer interessado em seu sítio oficial, conforme dispõe a Lei de Acesso à Informação:

Art. 8º. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

(...)

§ 2º. *Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).*²

Conforme demonstra a amostragem do relatório fotográfico anexado ao presente projeto, em estado de progressiva deterioração física, os Números antigos da Revista da Faculdade de Direito correm um sério risco de se perderem, não apenas sob o ponto de vista material, mas sobretudo academicamente, já que, guardados na sede da Revista da Faculdade de Direito da UFMG,

1 Lei nº. 12.6527/2012, arts. 5º; 6º, I; e 7º, II.

2 Lei nº. 12.6527/2012, art. 8º, §2º.

em Belo Horizonte, não estão acessíveis aos pesquisadores e leitores, restando reclusos relevantes artigos acerca da vida jurídica nacional e internacional.

O presente projeto, portanto, vem a fundamentar o pedido de financiamento da recuperação da coleção da Revista da Faculdade de Direito da UFMG, com o objetivo de restaurar os Números antigos e digitalizar todos os Números anteriores ao 47, a fim de que tenham condições de estar disponíveis na *internet*, de forma livre, gratuita e imediata em qualquer parte do mundo.

2 A REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Fundada em 1894 na então capital do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, pelo Conselheiro Affonso Penna – que em 1906 viria a se tornar Presidente da República – a Revista da Faculdade de Direito da UFMG recebeu inicialmente o nome de Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais. Como periódico científico oficial da Faculdade, o objetivo inicial da Revista era dar publicidade à vida acadêmica da Faculdade além de divulgar a produção científica de seus docentes. Trata-se do segundo periódico jurídico científico mais antigo do Brasil, que em 2014 completará seus 120 anos.

Desde o começo, a Revista sempre se propôs a ter periodicidade semestral, tendo, sem embargo, obedecido a periodicidade anual durante algum tempo e, após sofrer algumas interrupções, passou a ter periodicidade semestral de forma definitiva. Conforme acervo disponível na sede da Revista, de 1894 até 1962 foram publicados 21 Números. Em 1962 foi iniciada a Nova Fase da Revista, reiniciando-se a contagem dos Números, chegando ao primeiro semestre de 2012 com a publicação do Número 60, sendo que o Número 61 está sendo preparado para publicação. Totalizam-se, portanto, 81 Números publicados. No que tange ao período em que ficou sem publicar, esclarece-nos o PROF. MÁRIO CASASSANTA:

Anda quando não saiu, ensina-nos alguma coisa, porque a sua não-saída, entre 1902 e 1906, 1906 e 1914, 1914 e 1917, 1928 e 1949, longe de ser um fenômeno específico de nossa Escola, marca fases de parada em nosso desenvolvimento, que merecerão um dia, exame mais atento dos estudiosos das coisas mineiras, porque não se circunscreveram à Faculdade.³

Logo em seus primeiros anos de publicação, a Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais iniciou relações de permuta com outros periódicos da mesma área. É o que demonstra, mais uma vez, o PROF. MÁRIO CASASSANTA:

Ao seu volume III (da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo), ano de 1895, a mesma revista registrava o recebimento do segundo número. Por sua vez, a revista O DIREITO, do Rio de Janeiro, vol. 67, pág. 480, assinala a omissão:

‘REVISTA DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, que se publica duas vezes por ano. Não recebemos o seu primeiro número, fato que nos obriga a calar sôbre o seu programa; quanto ao 2º número, êle vem ilustrado com vários artigos de doutrina jurídica, firmados por distintos e ilustrados lentes de direito e advogados do fôro de Ouro Prêto. Permutaremos.’⁴

Embora já tradicional e de reconhecimento consolidado no Brasil e no estrangeiro, como periódico científico, a Revista da Faculdade de Direito da UFMG empenha-se em atender as observações, critérios e requisitos instituídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para classificar os periódicos científicos em estratos de excelência, os chamados “Estratos *Qualis-CAPES*”.

Desta forma, a Revista recebe artigos de qualquer pesquisador, docente ou discente, desde que esteja vinculado a instituição com curso de pós-graduação *strictu sensu*. Trata-se, portanto, de periódico científico aberto à colaboração e

3 CASASSANTA, Mário. Uma Revista de Sessenta Anos. In: Revista da Faculdade de Direito. Ano VI (Nova Fase). Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1954. Pág. 7.

4 Idem.....Pág. 9.

participação de qualquer pesquisador, e não apenas daqueles pertencentes à comunidade da UFMG. Todos os artigos enviados à Revista são submetidos ao processo de dupla avaliação cega, chamado *Double Blind Peer Review*, por meio do qual os avaliadores não conhecem a identidade dos autores e vice-versa. Nesse sentido, para que um artigo possa ser publicado, são necessários dois pareceres recomendando a publicação.

Prestes a completar seu aniversário de 120 anos, em 2014, a Revista da Faculdade de Direito da UFMG, além de se adaptar a todos os requisitos e exigências da CAPES, – garantindo, assim, a excelência dos artigos que leva ao público, condizente com sua trajetória secular – a Revista pretende estar, no ano de seu centésimo vigésimo aniversário, totalmente digitalizada e disponível via *internet*, de forma livre, gratuita e imediata a qualquer pesquisador. Sua integral disponibilização via *internet* vai dinamizar e otimizar a Revista, facilitando sua busca, sem a necessidade de visitas a bibliotecas. Nos dias atuais, conforme informação prestada pela equipe de bibliotecárias do setor de periódicos da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFMG, a Revista da Faculdade de Direito é o periódico mais buscado e consultado dentre todo o acervo disponível na Biblioteca.

3 A NECESSIDADE DE MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: CONHECIMENTO AO ALCANCE DE TODOS

Apesar de seu inquestionável valor histórico, científico, cultural e, sobretudo, acadêmico, a coleção da Revista da Faculdade de Direito da UFMG permanece inacessível ao grande público, tanto em função das más condições de armazenamento, correndo o risco de desaparecer por completo, como em razão de estar apenas no edifício da própria Faculdade de Direito a coleção completa. Ao pesquisador residente fora de Belo Horizonte, é extremamente dificultoso pesquisar os números que não estão disponíveis na internet.

Considerando o difícil acesso a esses exemplares, seja pela própria condição de raros, seja pela necessidade de conservação, o presente projeto, além de buscar a revitalização da coleção da Revista da Faculdade de Direito e zelar pela sua guarda e conservação, intenta, finalmente, digitalizar toda a coleção a fim de disponibilizá-la de forma livre, gratuita e imediata.

A única forma de disponibilizar todo o acervo de forma livre, gratuita e imediata a toda a comunidade acadêmica é, nesse sentido, via *internet* e, para tanto, a digitalização de um acervo conservado ou restaurado é imprescindível. Este processo, desta forma, permitirá a reprodução de todos os números para consulta virtual, contribuindo para assegurar o contato irrestrito de qualquer pesquisador e do público em geral com toda a Revista da Faculdade de Direito da UFMG, sem a necessidade de manuseio em bibliotecas.

Por outro lado, a instrução normativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) referente ao triênio 2010 – 2012 determina a “preservação e acesso em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica”.

4 ASITUAÇÃO DA COLEÇÃO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Como afirmado anteriormente, a coleção da Revista da Faculdade de Direito da UFMG conta com 81 Números publicados, dos quais apenas 13 estão digitalizados. Será necessária, portanto, a digitalização de 68 Números. No que concerne à restauração, a partir de análise feita pela Equipe Editorial da Revista e dos profissionais restauradores do Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis (Cecor) da Escola de Belas Artes da UFMG e do Arquivo Público Mineiro (APM), será necessária a restauração e conservação de 25 Números.

Trata-se, portanto, da restauração de 3.227 fotogramas, equivalentes a 6.454 páginas, e da digitalização de 8.824,5 fotogramas, equivalentes a 17.649 páginas.

5 A FUNDAÇÃO PROFESSOR VALLE FERREIRA E A REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Criada em 1977 com o “objetivo de desenvolver, promover ou prestar, sem fins lucrativos, atividades ou serviços relacionados com o ensino, pesquisa e extensão, em nível de graduação e pós-graduação”⁵ na Faculdade de Direito da UFMG, a Fundação Professor Valle Ferreira tem desempenhado, desde então, o fundamental papel de estimular a pesquisa e a produção bibliográfica bem como catalisar o sucesso dos projetos de extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica da Faculdade de Direito. Assim, a Fundação otimiza e efetiva a função social da universidade pública que concatena o essencial tripé pesquisa-ensino-extensão.

Nesse sentido, é incontestável que a concessão de subsídio financeiro com o fim de restaurar, conservar, digitalizar e divulgar a coleção da Revista da Faculdade de Direito, mais valioso acervo da produção bibliográfica docente da Faculdade, coaduna-se de forma inequívoca com os objetivos precípuos da Fundação Professor Valle Ferreira.

Por outro lado, não é demais relembrar o apreço do Prof. Valle Ferreira, ideólogo e patrono da Fundação, pela Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Constata-se que ao longo de toda a sua carreira docente, o Prof. Valle Ferreira utilizou a Revista como principal canal de divulgação de sua produção científica. Ao longo de 24 anos foram publicados 10 artigos, além das várias colaborações no sentido de se avivar a Memória Histórica da Revista e, assim, da própria Faculdade.

5 Art. 4º, Estatuto da Fundação Professor Valle Ferreira.

6 O PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO, MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO

Conforme orientação dada pelos profissionais restauradores do Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis (Cecor) da Escola de Belas Artes da UFMG e do Arquivo Público Mineiro (APM), constatou-se que são necessários equipamentos especiais para a restauração e conservação. Nesse sentido, o acervo deverá ser trasladado à instituição que efetuará a restauração e conservação.

Após a restauração dos Números antigos, tanto estes como os mais recentes e ainda não digitalizados, devem ser microfilmados, visto que a microfilmagem é processo que permite a conversão dos documentos para qualquer tipo de mídia, além de ter uma longevidade cerca de 500 anos.

Vale ressaltar que os arquivos guardados em microfilme são os únicos que dispõem de valor e validade legais, equivalente ao original, para fins judiciais ou extra-judiciais, conforme dispõe art. 1º, §1º, da Lei nº. 5.433/68. Faz-se mister, portanto, a microfilmagem de toda a coleção da Revista.

Paralelamente à restauração dos números mais antigos e em piores condições de conservação, a microfilmagem e a digitalização devem ocorrer a partir de contratação de instituição tecnicamente capacitada para tal finalidade, podendo ser realizada ou não pela mesma instituição que fizer a restauração e conservação, visto que a função consiste em trabalho penoso e demorado, diante da necessidade de que cada uma das páginas dos 71 Números publicados pela Revista e ainda não digitalizados deve ser escaneada em *scanner* especial, chamado *scanner planetário*, individualmente para formato em extensão “.pdf”, único compatível com o *Open Journal Systems*, utilizado pela Revista e o mais utilizado e aceito no mundo por portais de periódicos e pesquisa científica.

7 A MANUTENÇÃO DO ACERVO CONSERVADO

Após a restauração, microfilmagem, digitalização e disponibilização de toda a coleção da Revista em sua página *web* oficial, não mais haverá a necessidade de pesquisa direta no acervo dos números mais antigos, que deverão, nesse sentido, permanecer em local de conservação, preferencialmente sob responsabilidade do Setor de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da Faculdade de Direito da UFMG.

Na impossibilidade de que o acervo restaurado permaneça em estado de conservação no Setor de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da Faculdade de Direito da UFMG, o Arquivo Público Mineiro (APM) dispõe de condições técnicas para a manutenção e conservação de todo o acervo, com sala climatizada, dispositivos anti-incêndio e pessoal técnico capacitado para a conservação e manutenção.

Nesse sentido, por meio da formalização de um convênio gratuito, o APM realiza a guarda e conservação de todo o acervo da Revista da Faculdade de Direito da UFMG, da mesma forma que já faz para diversas instituições, como a Faculdade de Educação da UFMG, as Secretarias do Governo do Estado de Minas Gerais, as Câmaras Municipais de Ouro Preto, Mariana e Sabará, a Casa do Pilar de Ouro Preto, os anais do primeiro Congresso Mineiro Constituinte, o extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dentre outros.

A legislação que dispõe sobre o arquivamento de documentos históricos já prevê a possibilidades de se guardarem documentos históricos em local diverso da repartição que os detém, conforme dispõe a Lei n. 5.433/68:

Art 2º. Os documentos de valor histórico não deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos.

A Revista, ainda, atenderá à instrução normativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes) referente ao triênio 2010 – 2012, que determina a “preservação e acesso em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica”, pois todo o acervo original bem como os microfimes estarão resguardados para a posteridade e protegidos de eventuais catástrofes e obsolescência tecnológica.

8 A DISPONIBILIZAÇÃO DOS NÚMEROS DIGITALIZADOS NO SITE DA REVISTA

Uma vez concluído o processo de microfilmagem e digitalização, será necessário carregar e postar virtualmente os arquivos digitais no *site* da Revista. Pela experiência da equipe editorial da Revista da Faculdade de Direito da UFMG no carregamento dos Números já postados, é necessário um grande esforço em dita tarefa, a despender cerca de 4 horas na postagem e carregamento de um único Número.

Nesse sentido, e considerando a insuficiência de pessoal da Revista da Faculdade de Direito, será necessária a contratação ou cessão de ao menos dois estagiários do Setor de Informática da Faculdade de Direito, durante o período de um mês, a fim de que possamos ter disponibilizado *online*, de forma livre, gratuita e imediata, todo o acervo da Revista da Faculdade de Direito da UFMG.

Uma vez concluído todo esse processo, o *site* da Faculdade de Direito se tornará um grande portal acadêmico de busca bibliográfica, a serviço de qualquer pesquisador de forma livre, gratuita e imediata.